



# Anais da Assembléia

Nº 33

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 23 DE ABRIL DE 1975

ANO I

## 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 46ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 23 DE ABRIL DE 1975

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Fidelcino Tolentino e Otássio Pereira.

À Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Mauricio Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulín, Aragão de Matos Leão, Basílio Zanusso, Domicio Scaramella, Edilson Alencar, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Ruppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cloni Neto, Jorge Sato, José Domingos Scarpelini, Jurandir Messias, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Squarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer (45); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Antonio Facci, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Egon Pudell, Lázaro Dumont, Luiz Alberto Oliveira e Wilson Fortes (8).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO.

- O SR. PRESIDENTE - Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.
- O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.
- O SR. MUGGIATI FILHO - (Pela ordem) Sr. Presidente, requeiro a chamada nominal dos Srs. Deputados, para verificação de quorum.
- O SR. PRESIDENTE - O Sr. 1º Secretário procederá a chamada nominal.

( É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados).

Constatado o número regimental para continuidade da Sessão e consequente votação.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

### EXPEDIENTE:

#### REQUERIMENTOS:

- de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, solicitando Regime de Urgência para os Projetos de leis nºs 173/74 e 194/74.
- de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei nº 119/74.

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições

regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja inserido em Ata dos trabalhos desta Casa, um voto de pesar pelo passamento sábado último, do Sr. REINALDO DE OLIVEIRA MENDES, Vice-Prefeito do Município de Pien, neste Estado.

Outrossim, requeir seja oficiado à família enlutada, bem como à Prefeitura Municipal.

Sala das Sessões, em 22 de abril de 1975.

a) ACCIOLY NETO

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, inserção de voto de profundo pesar pelo falecimento do Rev. JONAS RUFINO SILVA, ocorrido no último dia 17 do corrente, em consequência de lamentável acidente, na Rodovia do Café.

Outrossim, aprovado este, dê-se ciência da Casa à Igreja Presbiteriana e à família enlutada.

Sala das Sessões, em 22 de abril de 1975.

a) EZEQUIAS LOSSO

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado voto de congratulações ao Secretário de Justiça, Deputado Federal Túlio Vargas, pela inauguração, no próximo dia 26, das novas instalações e do Núcleo Residencial dos Internados das Colônias Penal Agrícola "Manoel Ribas", de Piraquara.

Sala das Sessões, em 23 de abril de 1975.

a) ARAGÃO DE MATTOS LEÃO.

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja inserido voto de congratulações à Igreja do Evangelho Quadrangular - Cruzada Nacional de Evangelização, pela feliz iniciativa de ter promovido de 18 a 20 do corrente, em nossa Capital, um encontro de jovens com a finalidade de estudar os melhores princípios de elevação espiritual e de bem viver na sociedade.

Outrossim após aprovado este, dê-se ciência da decisão da Casa ao Rev. EDUARDO ZDROJEWSKI, Superintendente da Região da entidade destacada.

Sala das Sessões, em 22 de abril de 1975.

a) EZEQUIAS LOSSO

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas legais, vem respeitosamente solicitar a V. Exa. após ouvido o Plenário desta Casa, se digne determinar o encaminhamento de ofício à TELEPAR - Companhia Paranaense de Telecomunicações.

ções, no sentido de que sejam urgenciados os serviços de implantação do sistema telefônico nos municípios de Capitão Leônidas Marques e Catanduvas.

Sala das Sessões, em 23 de abril de 1975.

a) FIDELCINO TOLENTINO

#### JUSTIFICATIVA:

A presente reivindicação vem sendo objeto de justas e reiteradas manifestações, tanto das autoridades municipais, quanto da população em geral, através de suas lúdicas representações comerciais, agrícolas, religiosas e dos diversos setores da vida sócio-econômica das mencionadas comunas.

Estes dois municípios representam núcleos de grandes produções agrícolas e indústrias extrativas de madeira nas margens do Rio Iguaçu — margem direita — tendo como escoadouro destes produtos a BR-277 e os meios de comunicação restringem-se a precárias estradas naturais que demandam a Cascavel.

Capitão Leônidas Marques, com vasto território e em análogas condições de produtividade, padece ainda com o problema intrincado das áreas de terras sob os domínios do INCRA, órgão de discreta atuação no setor e que muito tem contribuído para obstar o seu desenvolvimento urbano.

A necessidade de dispensar especial atenção a estes municípios se impõe até por questões de retribuição da renda que ambos propiciam ao Estado e ao País, além dos ditames das respectivas administrações que claudicam nas metas do desenvolvimento.

Daí porque entendemos que é dever urgente do Estado, através desta Companhia, dotar tanto Catanduvas como Capitão Leônidas Marques, com este sistema de comunicação, e isto, "data vênica", com a máxima urgência, ultimando inclusive os trabalhos preliminares para que a pretensão se concretize.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado ofício ao DER, solicitando providências urgentes no sentido de serem feitos reparos na Ponte do Rio Cachoeira, na estrada que dá acesso à localidade de Rio Pequeno, no Município de Antonina.

Sala das Sessões, em 22 de abril de 1975.

a) ADALBERTO DAROS

#### JUSTIFICATIVA:

A Ponte do Rio Cachoeira, na estrada de acesso à localidade de Rio Pequeno, representa para o município de Antonina a sua mais importante estrada de penetração. Ligada à via asfaltada da Hidrelétrica Governador Parigot de Souza, a estrada do Rio Pequeno proporcionou um bom desenvolvimento naquela região.

A ponte do Rio Cachoeira, é de vital importância e as suas condições atuais são precárias, daí a nossa solicitação.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente. Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Temos a honra, novamente na presença desta Mesa Diretiva, e dos Srs. Deputados, para dirigir um Projeto que temos a honra de ler. (Lê):

#### PROJETO DE LEI Nº 43/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica criado o município de Tupanssi, desmembrado do município de Assis Chateaubriand, com as divisas do atual Distrito Administrativo do mesmo nome.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de abril de 1975.

a) GABRIEL MANOEL.

#### JUSTIFICATIVA:

O atual Distrito de Tupanssi, localizado na progressista região do Oeste paranaense, vem apresentando um surto desenvolvimentista dos mais acelerados. A crescente expansão da sua lavoura, vem proporcionando novos horizontes à população local, criando um aumento vertiginoso em todos os setores quer econômico, social e cultural. Baseados neste crescimento, é que estamos propondo a transformação do atual Distrito em Município, o que possibilitará e trará maiores condições no fortalecimento deste crescimento. Economicamente, o atual Distrito de Tupanssi, vem superando as expectativas, tal a sua solidez. Inúmeros estabelecimentos bancários e comerciais, provam esta assertiva.

A comprovação dos requisitos mínimos para a criação de novos municípios estabelecidos pela Lei Complementar nº 1 de 09/11/69, já se encontram providenciados, e serão encaminhados para a anexação, no decorrer da tramitação do Presente Projeto, junto às Comissões Técnicas da Casa.

Isto exposto, esperamos o apoio dos Nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Adalberto Daros.

O SR. ADALBERTO DAROS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Apenas, para fazermos um pequeno comentário.

Vamos, nesta oportunidade, falar de uma coisa por demais conhecida, tão conhecida de todos nós, por sua forma abusiva que se vem implantando hoje, como fato normal e corriqueiro, que há o perigo de todos passarem a considerar banal e moral. E aí então perderemos as condições para representar o povo e lutar por seus direitos e anseios.

Desde há muito se vem aplicando uma política errada em nossas escolas. Não quero referir-me à Educação e ao Sistema Educacional.

Este é assunto a merecer análises mais profundas.

As escolas de primeiro grau não estão atendendo parcela ponderável da população brasileira.

Mesmo Curitiba, com foros de cidade universitária, não oferece escolaridade para as crianças que dela necessitam.

O último prefeito da Capital, Jayme Lerner, não aplicou sequer 5% da arrecadação em instrução pública, incorrendo assim em atentado à Constituição Federal. Mas acabou sendo salvo pela maioria de que dispõe no Legislativo Municipal.

No ano passado, ao final do ano, foram abertas as matrículas para os grupos escolares da Capital, para aquelas crianças que faziam sete anos até dezembro. Os que fizeram sete anos em janeiro, fevereiro, março, ou outro mês, perderam o direito de estarem atualizados em termos de ensino e agora devem esperar mais um ano para se matricularem ou pagarem escolas particulares.

Isto ainda não é o pior. Se é grave, não é o mais grave. Mais afrontosa é a política discriminatória que o Governo vem adotando contra os pobres e os remediados nas escolas paranaenses. Nas brasileiras em geral, mas interessa sobretudo aqui falar do Paraná.

Primeiro foi a imposição nacional de que todos paguem escolas ou peçam atestado de pobreza, de miserabilidade, a fim de gozar da isenção que este Governo concede aos mendigos. Depois veio a imposição de uniforme escolar, não que o Governo decida pagar uniforme — o que representaria uma medida correta num contexto social pobre como o nosso — mas obrigando os pais a pagar uniforme para os filhos; e ninguém consegue justificar esta política aparentemente aplicada para evitar a acentuação das diferenças sociais.

Pessoas incapazes, sem conhecimentos, formação educacional adequada e até com interesses comerciais, passaram a esconder uniformes de tergal (tergal, sim sinhores!), sapatos e japonas, abrigos de educação física, camisetas, etc.; a serem comprados nas lojas indicadas, com interesses inconfessáveis. Se já não bastasse o absurdo de impor a crianças muito pequenas o uso de material caro e perecível, não adequado ao frio, à chuva e ao uso. Quem poderá responder a tão desarrazoada política implantada em nossas escolas?

Quem aplicou é inepto e se não tinha interesses desonestos, a faz por merecer a acusação. Incapazes e ineptos aplicam a política do uniforme escolar. E agora aplicam a do livro didático, para crianças pobres que muitas vezes não têm o que comer em casa.

É o deboche. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Osvaldo Macedo.

O SR. OSVALDO MACEDO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Voltamos a esta Tribuna mais uma vez para tratar da TELEPAR. Fizemos, há mais de um mês, um pedido de informações àquela empresa a qual, pelo que sabemos, está para mandar a resposta.

Mas, desde então o Paraná tem sido assaltado por notícias as mais desencontradas a respeito da situação desta empresa estadual de telecomunicações.

Às vezes noticia-se que a transferência de seu controle acionário para a TELEBRÁS está consumado. Outras vezes comenta-se que há resistência por parte das autoridades estaduais para esta transferência. Ninguém sabe ao certo o que se está passando.

As classes produtoras lançam memorial reclamando a permanência dessa empresa na esfera estadual.

A nosso ver, só a palavra oficial do Governo poderia dar as explicações que o Paraná espera para dirimir as dúvidas que assaltam todos os paranaenses, notadamente esta Assembléia Legislativa.

Eis porque, achamos que poderíamos inaugurar o processo de convocar os Secretários de Estado, nesta Legislação, com a convocação do Sr. Secretário do Interior, para, aqui comparecendo, prestar, a esta Casa, portanto ao Paraná, as explicações dessa transferência da TELEPAR para a TELEBRÁS.

É nesse sentido, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que, no dia de hoje, encaminhamos à Mesa, para apreciação do Plenário, o seguinte Requerimento: (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a Convocação do Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Negócios do Interior, Sr. Noel Lobo Guimarães, para, em Plenário, prestar informações sobre a propalada transferência do controle acionário da TELEPAR para a TELEBRÁS.

O presente Requerimento, que se fundamenta no art. 20, da Constituição Estadual, tem procedência diante do clima de dúvida e incerteza que paira em todo o Estado com relação àquela transferência. As classes produtoras fazem interrogações; os 4.000 funcionários da TELEPAR permanecem intranquilos; a Assembléia está afastada do encaminhamento da solução.

Somente a palavra oficial do Governo pode dar ao Paraná as explicações que o Paraná reclama, para se tranquilizar. E o Governo deve falar através da autoridade com competência sobre a matéria, que é o Secretário do Interior.

Outrossim, convém que a convocação pondere a oportunidade de o Exmo. Sr. Secretário se fazer acompanhar do Sr. Presidente da Telepar, que permanece no cargo, após ter sido, ao que consta, o articulador das demarches visando a entrega daquela empresa paranaense para a esfera do Governo Federal.

Requer, finalmente, que, aprovada a convocação seja fixada desde já a data para o comparecimento daquela autoridade.

Sala das Sessões, em 23 de abril de 1975”.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Aragão de Matos Leão, quarto orador inscrito para o Pequeno Expediente.

O SR. ARAGÃO DE MATOS LEÃO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Há pouco, ouvindo o pronunciamento do nobre Deputado Adalberto Daros, lembramos que já há algum tempo aqui nesta Casa, fizemos e encaminhamos um Requerimento ao Sr. Secretário de Educação e Cultura, no sentido de que providências imediatas fossem tomadas, no sentido de, se não resolver, pelo menos minorar, o problema das crianças em idade escolar, de primeiro grau.

E salientamos que só no município de Guarapuava, haviam duas mil crianças sem condições de serem matriculadas no primeiro ano primário.

Justiça deve ser feita a S. Exa. o Sr. Secretário de Educação e Cultura, pois que já encaminhou ao Inspetor Regional de Ensino, da cidade de Guarapuava, um ofício solicitando informações que se fazem necessárias para que a medida seja tomada por aquela Secretaria. E, por coincidência, exatamente há uma semana, um fato curioso aconteceu no Município de Guarapuava, quando a casa escolar, a escola de aplicação mais antiga daquele Município, foi invadida durante a noite por um bando de bárbaros; todos os utensílios, máquinas de escrever, armários, foram destruídos pelos assaltantes. E os bandidos destruidores, conforme se conseguiu atinar, ladrões que estavam assaltando a casa escolar, qual não foi a surpresa ao se constatar que eram crianças de 10 a 12 anos de idade.

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, compreendemos bem que um problema de escolaridade, um problema de falta de condições para sua educação primária, leva a outras consequências indiretas como esse, do menor abandonado e que envereda pelo caminho errado da vida, provocando situações como essa, de difícil solução.

Mas, a par disso, hoje nos traz à Tribuna um fato importante, porque diante de tantos problemas como esse, nós podemos constatar que o Governo do Paraná não está parado e nem alheio a essas coisas. Já com pouco tempo de governo, nós, hoje, tivemos a satisfação de receber um convite da Secretaria de Justiça, para inauguração de várias residências, além de outros pavilhões residenciais na Colônia Penal Agrícola “Manoel Ribas”. Em recente visita que fizemos ao Secretário da Justiça, recebemos informações de que esta é a nova filosofia do Governo, no que se refere a parte da justiça de fornecer condições mais humanas aos detentos. Condições reais de recuperação, para que o presidiário não faça dessa dívida que paga à sociedade, uma nova escola de banditismo e de revolta.

Assim é que a Colônia Penal Agrícola “Manoel Ribas” hospeda seus irrequilos em regime de liberdade, trabalhando lavrando a terra, aprendendo a produzir, para que possa usufruir, disso no futuro, quando novamente for colocado em liberdade.

É nesse sentido que encaminhamos à Mesa um Requerimento solicitando um voto de congratulações à Pasta da Justiça, na pessoa do Sr. Secretário, o Deputado Federal Túlio Var-



gas, bem como aos outros Secretários que imediatamente o antecederam, por essa obra de real valor, no sentido humano e no sentido da recuperação do homem do Estado do Paraná. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao quinto orador inscrito, Sr. Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo) — “O Noroeste do Paraná é uma região em que o homem da agricultura e o pecuarista, trabalham não apenas com o sentido único da venda do produto do seu labor; junto a essa necessidade vital há sempre uma outra preocupação, a de ser útil à sua terra e à sua gente, e de contribuir efetivamente para o progresso do Estado e do País.

É assim que tem sido a vida daquele povo laborioso. Vivendo alegrias ou amargando as tristezas da labuta no campo, a gente o Noroeste está pronta a dar, a qualquer tempo, ainda mais pela grandeza econômica da Pátria.

Mas, infelizmente, nem sempre os governos puderam levar à região um conjunto de benefícios à altura daquilo que o Noroeste oferece em termos de produtividade e crescimento. E é forçoso reconhecer que às vezes se torna realmente difícil acompanhar o ritmo extraordinário com que se expande a região em todos os setores.

Um problema, entre tantos perigos que envolve e ameaça que oferece às atividades agropecuárias, além de abalar as estruturas das cidades, não vinha recebendo o tratamento prioritário que merecia. Esse problema é a avassaladora erosão, fenômeno natural que, como uma praga, tortura a vida do povo do Noroeste.

A excessiva preocupação com um plano correto e de viabilidade técnica perfeita, entravava providências, de ordem prática e a erosão não parou para aguardar um plano de combate e controle. Ela continuou, paulatinamente, a sugar a terra, abrindo valetas e crateras, consumindo os esforços do homem e corroendo os orçamentos das prefeituras.

Agora, entretanto, Senhores, surge um Governo disposto a por fim nas providências meramente burocráticas e passar, de imediato, à ação que um problema dessa envergadura exige.

Na semana passada, em Porto Alegre, o Governador Jayme Canet Júnior assinou, com a SUDESUL, quatro convênios que dizem respeito, especificamente, à ultimate das medidas administrativas, visando o início das obras de combate a controle da erosão no Noroeste Paranaense.

E, ao falar nisso, eu o faço, com a satisfação de um homem que sabe, porque acompanha e sente muito de perto, dos danos e prejuízos que a erosão causa às lavouras, às cidades e aos pastos que hoje proliferam nos quase trinta municípios atingidos pelo fenômeno.

Estou certo, como ninguém, do quanto esta notícia vai repercutir naquela região, de forma a provocar manifestações de alegria como nunca aconteceram antes. Sinto, mesmo à distância, o palpitar feliz dos corações e a explosão de contentamento dos dos prefeitos que, sozinhos têm arcado com a responsabilidade de enfrentar o grande inimigo.

O caráter dos convênios firmados mostra, desde logo, que se trata da última etapa administrativa, que o Governador Jayme Canet Júnior tratou logo de acionar, para que não mais se protelesse o início das obras.

São, em princípio, oito e meio milhões de cruzeiros. Três dos convênios se destinam ao combate ao controle efetivo da erosão, inclusive com a implantação de um projeto piloto na cidade de Rondon e o quarto cria recursos para a instalação da Secretaria Técnica do Conselho Diretor do Projeto Noroeste.

Finalmente, graças a Deus, chegamos a esse ponto. Para o Noroeste do Paraná isso é motivo de festa. E para todos os para-

naenses o episódio constitui atestado eloquente da eficiência do Governador Jayme Canet Júnior.”

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Grande Expediente, Sr. Deputado Gabriel Sampaio.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O assunto que nos traz hoje a esta Tribuna, aliás os dois assuntos que nos trazem, o primeiro deles, um pouco extenso e talvez um pouco difícil de fazer-se o enfoque preciso, uma vez que, sem dúvida alguma, é um dos problemas mais importantes e que afligem de uma forma mais direta toda a população do Estado, que é o problema das nossas estradas.

Nós temos visto, nesta Tribuna, Deputados dos dois partidos, do MDB e da ARENA, aqui virem para falarem de suas respectivas regiões sobre problemas de estradas; temos visto aqui, especialmente o nosso companheiro Jayme Rodrigues Carvalho pedir, exigir e até suplicar por sua estrada Campo Mourão/Goioerê.

Mas, Senhores Deputados, ao mesmo tempo em que este Estado num progresso, numa expansão muito grande tem necessidade de estradas novas que se façam, nós vemos também algumas rodovias nossas, como, talvez a mais importante, a Do Café, precisa e necessita urgente de uma atenção do Governo do Estado, do Governo Federal.

A maioria dos Senhores Deputados desta Casa oriundos do Norte do Paraná, Pioneiro, Novo, Novíssimo, sabe que realmente as condições da rodovia que liga, especialmente, Ponta-Grossa a Apucarana, está a exigir já uma solução imediata. Isto para não falar, Senhores Deputados, do problema da ligação rodoviária Londrina/Maringá.

Eu sei de notícias oficiosas, que um estudo de viabilidade econômica feito para a ligação Londrina/Maringá, um “free way” foi dado como inviável economicamente — repito, notícias oficiosas mas, oficiosas ou não, o que nós precisamos realmente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que uma solução seja dada para aquele trecho talvez, estatisticamente. Falando em estatística, este País é muito pobre, se não me engano a terceira rodovia em movimentação do Brasil, essa rodovia que liga Londrina à Maringá, nós temos visto amigos nossos, companheiros nossos, conhecidos nossos, semanalmente, morrerem naquela estrada, porque hoje ela, praticamente, está chegando ao ponto de saturação, não há mais condições de ligarmos essas regiões fundamentais do Paraná que polariza as cidades de Londrina e Maringá. Mas, com relação ao trecho Apucarana-Ponta Grossa, trecho que nós somos obrigados a sair da pista; nós conhecemos bem o Norte do Paraná e esta ligação e sabemos que qualquer viagem que se faça, é muito raro que em um momento de nossa viagem não tenhamos que sair do acostamento para evitar um acidente ou problemas maiores.

Nós vemos que naquele trecho tem lugares que se sair do asfalto morre, porque já um trecho a ligar a pista de acostamento à coisa nenhuma, pois não existe regra base de segurança para qualquer região que liga a região produtora à estrada de Paranaquá. Está para ser organizada a segunda pista da rodovia Ponta-Grossa-Curitiba-Paranaquá. Ali o fato é mais importante e mais grave, uma vez que em Ponta Grossa desembocam estradas do Oeste e Sudoeste, dos extremos do Paraná e praticamente, do Paraná todo. Então, requeri à Secretaria dos Transportes, ao Dr. Osiris Guimarães, por ser aquela rodovia federal que necessitava desta forma de verbas federais. Nós entendemos que esta Assembleia, através de seus Deputados, de suas Bancadas, deve empreender esforços grandes para, nem que seja com grita, chamar a atenção do Governo Federal e em especial as verbas necessárias para a arrumação, no seu devido lugar e na forma mais viável para esta importante rodovia, porque temos visto que o Paraná tem sido deixado de lado, não sei em função de que, uma vez que o Sr. Presidente da República tem destinado maior volume de ver-



bas para esta rodovia. O Rio Grande do Sul tem sido beneficiado de maneira pródiga, uma vez que aquele Estado é dotado de Leste a Oeste, de Norte a Sul, em todos os pontos cardeais, de rodovias bem pavimentadas, quando o nosso Paraná já bem conhecido como o seleiro do Brasil, necessita efetivamente que o Governo volte os seus olhos para nós e cuide, pelo menos, um pouco daquilo que o Paraná oferece para o Governo Federal.

O SR. GILBERTO CARVALHO – V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Acho muito importante e todos nós conhecemos de perto esta nova Bancada, a Estrada do Café, principalmente de Ponta Grossa a Curitiba, que é um trecho em que desembocam todas as estradas do Paraná. Neste pedaço de estrada, Ponta Grossa Curitiba, é preciso que se faça um apelo, quanto antes ao DNER, para que se faça a aplicação das verbas destinadas a este trecho de estradas. Quando ouvi o pronunciamento de V. Exa., tendo em mãos o programa especial do Oeste e cujo programa atinge também o trecho de estrada que interessa diretamente também Paranaquá – Campo Largo, BR 277, duplicação de trechos de pistas existentes, estamos no Plano Federal com 0,5 para 75, 55 para 76 e 41,9 para 77. Isto no programa especial do Oeste do Paraná. O contorno de Curitiba, da BR 216-277 e a pavimentação com 0,2 para 75, 0,2 para 76 e 0,1 para 77, conforme V. Exa. pode verificar há interesse também já na distribuição de recursos para o ano de 75 nestes programa do Oeste paranaenses, 95 milhões para ano de 1975. Isso, colaborando com o pronunciamento de V. Exa., transmitimos esta notícia que podemos colher, por dados que temos em mãos. Era o aparte.

O SR. GABRIEL SAMPAIO – Agradeço ao Deputado Gilberto Carvalho pela informação que traz no instante do Grande Expediente.

Mas, Sr. Deputado Gilberto Carvalho, o que nós temos visto realmente, é que a gente talvez por impetuosidade juvenilidade, o que nós trazemos a esta Assembléia, é para colaborarmos todos juntos, e nós vemos que às vezes, nós nos custamos a nos conter e temos que esperar e esperar sempre, quando levamos o problema aos órgãos oficiais do Governo, a resposta, é de que os recursos serão incluídos no orçamento vindouro. E este orçamento vindouro, já esgotou a paciência daquela plêiade de homens, que construíram o Norte do Paraná, em especial, que dão à esta Nação uma colaboração espetacular que é um exemplo de trabalho, de produção e enfim, seria até desnecessário dizer a todos os Deputados, neste Plenário, da importância daquela região, e não só do Paraná, mas em todo o Brasil.

Porque nós temos visto assuntos importantes aqui tratados, e que por uma curiosidade natural, uma preocupação natural, também, de obrigação de nosso cargo, nós sentimos que às vezes as coisas empolgam muitas vezes o Plenário. Vêm apartes de colaboração, mas que depois de analisados, passam para o esquecimento, de certa forma.

O SR. TRAJANO BASTOS – V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Ilustre Deputado Luiz Gabriel Sampaio, V. Exa. aborda e traz à esta Casa, nesta Sessão, um assunto do mais alto interesse para o Estado do Paraná. Receba, porisso, os nossos parabéns, o nosso respeito. V. Exa. invoca um aspecto que cabe, e que é de obrigação do Poder Legislativo. E ao que nos parece, a imagem do Paraná em relação a de outros Estados, tem sido constantemente distorcida.

V. Exa. é feliz em seu pronunciamento e pode contar com a participação deste humilde Deputado em todas as questões de que trazer a Plenário.

O SR. GABRIEL SAMPAIO – Agradeço o aparte do Deputado Trajano Bastos daquilo que acaba de dizer. Como Secretário da Educação, numa passagem meteórica, participei de diversas reu-

niões de âmbito federal e vimos a comprovação exata do que diz V. Exa. e do que estou vendo há tanto tempo.

Não é só o Nordeste, não é só o Centro do Brasil que devem ser lembrados. Precisamos que verbas venham ao Paraná e o Paraná, através do Poder Legislativo, que é o poder autenticamente popular, que representa todas as regiões do Estado, deve se levantar, numa voz uníssona, para dizer ao Governo Federal que necessitamos e que exigimos a contrapartida.

O SR. OSVALDO MACEDO – V. Exa. permite um parte? (Assentimento).

Muito obrigado e inicialmente queria cumprimentá-lo, Acho que se o cumprimento, todos os meus companheiros de Bancada referendam este cumprimento, porque vemos em V. Exa. a coragem que precisam ter, não apenas os Deputados da Oposição, mas também os da Situação. A questão do Paraná é séria, e mais que séria, é terrível. O saudoso Governador Bento Munhoz da Rocha Neto, dizia que a estrada São Paulo-Rio Grande do Sul só passou pelo Paraná, porque o Paraná estava no meio. E é realmente o que acontece no Paraná, que muito tem levado para fora e pouco tem recebido em troca.

O que parece é que os governantes que ultimamente tem estado no Paraná, perderam a audácia criadora. E justifica-se o que diz o Ministro Hermes Lima de que quando o poder envelhece, perde a audácia criadora. Ele só reprime e só conserva.

É isso que temos assistido. É preciso que se mude o Poder que se mudem os homens do Poder, para que uma mudança construtiva volte a imperar em nosso querido Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. GABRIEL SAMPAIO – Obrigado, Deputado Osvaldo Macedo.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é justamente isso que, no início de nosso mandato, estivemos aqui falando, fazendo um apelo.

O nobre Deputado Osvaldo Macedo foi muito feliz em dizer que outros representantes do Governo Federal, que exercem cargos no Governo Federal, que exercem cargos nos mais diversos Estados do Brasil, tem carreado para seus respectivos Estados os recursos, e aproveitado esta palavra colocada no seu devido lugar, tem-se aproveitado desta forma para fazer uma boa administração.

E pedimos e voltamos a repetir, aqui, neste momento, nesta oportunidade, temos na Educação, o Ministro Ney Braga, o grande paranaense Ney Braga, que terá condições de se consagrar na Educação, para o Paraná, desde que colabore com nossas Universidades de Londrina, Ponta Grossa e Maringá. Ou através de uma fiscalização, ou através de uma fundação universitária, com os recursos federais necessários.

E o que vimos, ainda ontem, no Palácio do Governo, em companhia do Deputado Jorge Sato, do Deputado Federal Túlio Vargas, hoje secretário do Interior e Justiça, e mais uma comitiva de minha cidade, Maringá, com Presidentes de Clubes de Serviços, com homens de órgãos representativos, estivemos fazendo apelo ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que o Governo socorra nossa Universidade que se encontra praticamente falida. Deve 20 milhões de cruzeiros e tem um patrimônio de 17 milhões.

Portanto, há necessidade de que alguma coisa seja feita. E esta Assembléia tem uma participação efetivamente grande na colocação destas coisas.

E precisamos, independentemente de coloração partidária, darmos uma conotação única às palavras do povo do Paraná, através da Assembléia Legislativa do Paraná, aos órgãos Federais, para que medidas urgentes sejam tomadas, neste sentido.

Passamos ao nosso apelo. (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, REQUER se oficie ao DNER – Departamento Nacional de

Estradas de Rodagem – através do Ministério dos Transportes, no sentido de fazer um apelo para que seja liberada, com urgência, verba necessária ao recapeamento, feitura de acostamento, construção de terceira pista e sinalização, nos trechos necessários, da Rodovia do Café, trecho Ponta Grossa - Apucarana.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 1975”.

O SR. JAYME RODRIGUES CARVALHO – V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, não poderíamos de maneira alguma, deixar de usar este aparte. É costume, para o povo, de que o Deputado do Partido do Governo, não censura, não exige, não reclama. E que o Deputado da Oposição é quem censura, quem exige, quem reclama.

Seria uma injustiça não usarmos neste instante deste aparte, para dizer a V. Exa. que este costume que o povo vem incutindo tanto na cabeça, tem sido demonstrado construtivamente para nós, neste pronunciamento que V. Exa. faz hoje, nesta Casa.

Final de contas, quando entra para este Plenário, deve o Deputado se esquecer da sigla do Partido a que pertence e se lembrar única e exclusivamente daqueles tantos que o enviaram com sacrifícios; quantos eleitores, com lágrimas nos olhos, depositavam seu voto como uma última esperança.

Tenho notado que V. Exa. nos seus pronunciamentos, não só no de hoje, e como desde o primeiro que fez nesta Casa, sempre fala com muita probidade. Gosto de ouvi-lo, porque tenho visto que V. Exa. tem sido, nesta Casa, um verdadeiro representante do povo, a ponto de, por diversas vezes, se insurgir, ficando ao lado do povo, contra órgãos e representantes do Governo. Hoje, para mais uma alegria nossa, vemos que V. Exa. censura com firmeza, com justiça o Governo Federal, no sentido de estradas. Nós, como V. Exa. usamos dessa estrada para a qual V. Exa. pede recapeamento; usamos esta estrada, colocando nossa família, como se a colocássemos numa roleta russa, diversas vezes por mês.

Congratulamo-nos com V. Exa. por esse pronunciamento e por dois motivos: o primeiro, porque vemos que V. Exa. mantém nesta Casa a independência, aquela independência que o Parlamentar digno, honrado, honesto, cômico de seus compromissos, deve manter; e em segundo lugar, por V. Exa. abordar um assunto que é de todos nós, um assunto do Estado do Paraná. Oxalá saia destas 4 paredes este pronunciamento de um eminente Deputado da ARENA e Vice-Presidente desta Casa e que ele chegue aos ouvidos daquelas autoridades que até hoje, ou colocaram algodão nos seus ouvidos, ou não lavaram os ouvidos, porque não nos ouviram. Aqueles que nos representam, como o Ministro Ney Braga, na esfera federal, que possam olhar para o nosso Estado. Temos hoje no Ministério da Educação este paranaense ilustre, ex-Governador do Estado e no entanto, é notório e já está sendo praxe nesta Capital, que Deputados do MDB e também da ARENA gritem pelo ensino em nosso Estado. Reitere aqui as palavras dos Deputados que me antecederam e levo até V. Exa. o nosso voto de regozijo e congratulo-me por este maravilhoso pronunciamento, nitidamente de um parlamentar que vem a esta Casa deixando de lado siglas partidárias ou compromissos que parece não ter, cumprir a obrigação assumida na campanha passada. Muito obrigado.

O SR. GABRIEL SAMPAIO – Eu é que agradeço, nobre Deputado de Goioerê, porque realmente nós viemos para cá com a intenção de representar o povo que nos elegeu. Não devemos nossa eleição a ninguém, a não ser aqueles amigos que nos ajudaram.

O SR. GABRIEL MANOEL – V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Estamos assistindo com entusiasmo e euforia o pronunciamento de V. Exa., quando luta por este Estado. Como componente da ARENA, colega seu de Bancada e de Partido, também

quero dizer que devemos olhar a parte positiva do Governo Estadual e Federal, no que tange ao Paraná e à sua gente. O Paraná como todos sabem, é um Estado que em outros setores, Telecomunicações, por exemplo, é o primeiro Estado do Brasil. No setor de Educação, temos o ministro Ney Braga. Na época em que S. Exa. foi Governador não pertencia a seu Partido, mas do Governo Ney Braga para cá, começou a moralização do Estado do Paraná e é por isso que não podemos aceitar as críticas, embora construtivas, dos ilustres componentes da Bancada do MDB.

Queremos fazer um paralelo em estradas, em eletrificação, em saneamento com os outros Estados que compõem a Federação Brasileira.

Ao ministro Ney Braga, ao Ministro dos Transportes e ao Presidente da República, não cabe o poder de fazer milagres. Estamos assistindo o esquema governamental, tanto estadual como federal, destinando ao Paraná 1.500 quilômetros de estradas vicinais sendo postas em concorrência pública, onde vemos uma estrada de Ponta Grossa - Itararé, ligando São Paulo, onde vemos o estudo da viabilidade para a implantação destas rodovias que V. Exa. está pedindo.

Temos certeza que este Paraná, que se agiganta, haverá de ser o segundo Estado da Federação. E para isso contamos com o apoio dos Srs. Deputados do MDB, com sua crítica construtiva, analisando e pensando sem fazer injustiças. Admiramos esta plêiade de homens da Oposição mas queremos que não façam injustiças para que não fiquemos tristes, porque haveremos de trazer a V. Exas., sem qualquer intenção demagógica, o plano de viabilidade para a duplicação destas estradas para o Estado do Paraná, o primeiro Estado da Federação Brasileira, graças aos esforços de V. Exas.

O SR. GABRIEL SAMPAIO – Concordo em parte, mas discordo, em partes com o nobre Deputado.

Discordo porque neste Estado desde o Governo de Paulo Pimentel, não se fez nada. (Muito bem, dos Deputados da Oposição).

Em segundo lugar, quando o Governo Federal nos dá alguma coisa, tínhamos o maior orgulho de sermos o Estado pioneiro em telecomunicações, e as verbas do Governo Federal foram tantas que nos tomaram a TELEPAR. (Muito bem dos Deputados da Oposição).

Acho o seguinte, Deputado Gabriel Manoel: tenho a análise crítica da situação, sei ver, sei observar e sei elogiar as coisas boas que se fazem. Mas não podemos ficar deitados em berço esplêndido falando apenas sobre o que foi feito no passado e esquecendo que o Paraná precisa progredir muito mais ainda.

A TELEPAR está aí, de direito da TELEBRÁS, só falta passar de afto, que era o nosso orgulho, era o Estado pioneiro em telecomunicações no País.

Portanto, concordo em parte, e acho que o que deve ser elogiado ser elogiado mas precisamos verificar primeiro o que o Paraná precisa e está sendo esquecido.

O SR. GABRIEL MANOEL – V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Não é questão de jogar confeti no Governo, é de sermos justos. Ao falar em Ney Braga, não pretendi, em absoluto, marginalizar Paulo Pimentel que foi um grande Governador. Falei na estrada Ponta Grossa - Itararé, que foi construída no seu Governo.

Sem querer ofender V. Exa. tenho a dizer que, no meu ponto de vista, não cabe a V. Exa. e a ninguém criticar uma coisa justa. V. Exa. foi, numa rápida passagem, Secretário de Educação, e não pôde concluir seu programa...

O SR. GABRIEL SAMPAIO – Peço espaço de apenas 120 dias.

O SR. GABRIEL MANOEL – Nós, como Deputados da Arena, temos o direito de reivindicar, temos o direito sagrado

de ir às Secretarias se necessário for, ao Ministério dos Transportes, com uma exposição de motivos, naturalmente.

Não estou aqui criticando V. Exa., somente pediria que V. Exa. fizesse conosco coro, que a TELEPAR é a glória do Paraná, tudo é Brasil!

O SR. GABRIEL SAMPAIO – Graças a Deus, nosso Estado tem o privilégio de ter a terra mais fértil desta País, e graças a Deus, Sete Quedas está no Paraná.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO – V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Enquanto Itaipu não for feita, porque depois de feita vai sumir até Sete Quedas.

O SR. GABRIEL MANOEL – O que nós queremos dizer é que o Governo Federal vai triunfar e dará as estradas necessárias, haveremos de estar juntos com o povo, porque o pior cego é aquele que não quer ver. Não quero com isto ofender a ninguém, só que vemos o nosso Estado atacado e então, dentro deste complexo é que a Bancada da ARENA, temos o direito de expressar o nosso pensamento.

Pediria a V. Exa. também, que num paralelo às críticas, ressaltasse o que o Paraná tem recebido de bom. V. Exa. que foi secretário da Educação, deve ter verificado a necessidade daquelas crianças...

O SR. GABRIEL SAMPAIO – Nobre Deputado Gabriel Manoel, à época que fui Secretário, estive com o Ministro Jarbas Passarinho e fiz um apelo veemente e até talvez um pouco inoportuno, ao então Ministro na época – para o Sr. ter uma idéia: O Paraná recebeu da Loteria Esportiva, 1 milhão e meio de cruzeiros, ou seja, 1 bilhão de cruzeiros velhos, importância insignificante, migalha, esmola, porque, naquele mesmo ano um colégio da Capital recebeu 2 milhões para a construção de seu complexo esportivo e eu, tinha apenas 1 milhão e meio para distribuir a todo o Paraná.

O SR. ALFREDO GULIN – V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Ilustre Deputado, prestei atenção ao seu discurso, bastante e notei que a sua crítica ao Governo é feita mais no sentido do Governo Federal.

Realmente, o Paraná tem dado muito à União e recebido pouco em troca. Isto tem realmente acontecido e nós devemos nos empenhar para trazermos ao nosso Estado os benefícios de que realmente temos pelo que contribuimos com a Nação, em verbas, divisas, etc.

Mas prestei atenção também que o Sr. comentou mais a estrada Ponta Grossa e Norte do Paraná, e outros falaram em outros setores. Um Deputado falou de Curitiba - Ponta Grossa, mas temos uma solução para este problema, não precisa ser uma inversão tão grande que deve ser escutado, e que poderia aliviar o tráfego de Curitiba - Ponta Grossa em 50%. É apenas duplicar a pista de Curitiba - São Luiz do Purunã.

Há poucos dias, tivemos oportunidade de ver em um jornal um assunto muito grande, que se destinou a uma verba ao trecho Irati - Relógio. Consequentemente, assim que ficar concluído o referido trecho, o tráfego que vem do Oeste e do Sudoeste virá via Irati até São Luiz. Consequentemente, se duplicar o trecho referido, de imediato o tráfego vai aliviar o movimento desta estrada que baixará em 50% seu movimento.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO – Eu tenho verificado em vários pronunciamentos que nós todos estamos muito preocupados com o Paraná, mas a administração pública, via de regra ela se faz pelo menos no nosso regime, com base nas atividades políticas, na ação política, e o que tenho observado com tristeza é que esta forma de colocar os homens no poder, é que não está certo. Permito-me esta observação de ligeira passagem, porque eu tributo respeito às pessoas, como homens, mas sou contra o sistema de colocar Poder nos homens, isto não está cer-

to. Um poder que vem de graça não há razão de entregar o poder a homens sem sensibilidade para certos problemas. Exatamente este é o ponto vulnerável. Nós, então, devemos buscar também a satisfação pela causa, é a crítica que devemos fazer, devemos buscar os homens do poder nos Estados, com a devida vênia. Ai está o exemplo do Acre, um homem que nos parece impotente, para resolver os problemas centrais, e quem sabe até no Paraná tenhamos que nos socorrer ao Planalto Central, até para abrir pequenas estradas. Para regiões mais carentes do País.

O SR. GABRIEL SAMPAIO – Acho que, só para responder ao eminente Deputado Fidelcino Tolentino, nesta Casa de Leis, dos 54 Srs. Deputados, todos nós somos pela eleição direta para Prefeitos, para Governador e Presidente da República. Mas, como o partido de V. Exa., o meu partido, nós estamos num sistema que acredito piamente, caminha para uma reabertura total democrática. Estamos aguardando com ansiedade, tanto quanto V. Exa., porquanto, nobre Deputado Fidelcino Tolentino, nós somos de formação democrática e entendemos que democracia se faz apenas com o voto do povo.

Mas, V. Exa. poderia me apartear, para perguntar “por que V. Exa. votou para o Prefeito Saul Raiz nas eleições indiretas?

Digo a V. Exa. que apesar de discordar do sistema, nós não temos outra arma no momento, a não ser, de dar o Prefeito da Capital, desta forma. E seria talvez pior, não darmos, porque não existe outra forma para colocarmos um homem lá. Acho que deveria ser feito por decreto do Governador, este cargo de confiança, como os demais.

Mas, acredito eu, como tem muita coisa errada, nós esperamos que o Governo da Revolução, do Presidente Médici, com a abstenção política, vai gradativamente colocando as coisas no lugar.

Evidentemente, como V. Exa. observou, nós também não vimos com bons olhos, a intervenção no Acre, porque vimos mais do que uma intervenção, talvez, uma admoestação, em termos nacionais.

Mas, acredito, nobre Deputado, tanto V. Exa. quanto eu, estamos aqui para cumprirmos com uma obrigação, através de um mandato do povo.

Estaremos aqui até o momento em que talvez forças maiores não nos permitam mais falar. Mas enquanto aqui estivermos, teremos a nossa posição de homens de dependências, e que acreditam no futuro desta Nação. Tem o aparte o Deputado Del Ciel.

O SR. DEL CIEL – Muito obrigado, Deputado Gabriel Sampaio. Possivelmente, em razão das condições das estradas paranaenses, V. Exa., meus prezados Pares, possam vir a não me enten-

der bem por nós apresentarmos inclusive, com a palavra marcada pelas rodovias paranaenses. E é importante lembrar, que Casa composta por 54 membros, se encontra na atualidade com três de seus deputados já carinhosamente acidentados nas rodovias paranaenses. Tão importante, que em defesa da nossa gente, da gente do nosso Estado, do povo que corta as nossas rodovias, estaduais e federais, que as vozes se ergam.

É importante, que os homens públicos, sintam o atraso presente em nosso Estado, em tudo o que se relaciona às nossas malhas rodoviárias e porque não dizermos também ferroviária. O Paraná, esquecido, abandonado, relegado a um segundo plano. É muito oportuno o pronunciamento de V. Exa. no que se relaciona a este setor administrativo.

Queria ainda lembrar que, um outro quadro se forma, um quadro que V. Exa. teve a oportunidade de conhecer bem, o Educacional, o quadro negro para o povo paranaense, um povo que vive o drama de sentir que seus filhos são obrigados a deixarem os bancos escolares, primários, secundários, e agora também, universitários, dado o preço das anuidades que se aplicam, principalmente, num regime de fundação, no Ensino Superior em nosso Estado.

O Estado do Paraná tem a felicidade de possuir, seu Minis-



tro da Educação, desta República Federativa, que saiu deste nosso berço, berço que tem as suas Faculdades todas, às portas da falência. Estado que tem a juventude expulsa das nossas universidades pelo preço que se aplica à nossa juventude estudiosa.

O Estado do Paraná, que vem carente de reclamos de seus homens públicos de ambos os partidos políticos, buscar, despertar, o interesse dos Srs. Secretários do Governo do Estado do Paraná.

Se razão outra se apresenta para que não se ofereça, não se dê, ao Paraná, melhores estradas, que prestem contas ao povo do Paraná. Porque polpudas verbas tem recebido o nosso Estado para a conservação das rodovias federais, como a 369, que se encontra em péssimo estado. E não sabemos que destino tem sido dado a estes recursos, porque as nossas rodovias federais se encontram em péssimo estado de conservação.

E a Rodovia do Café, onde muitas vezes abandonamos o estreito leito da estrada, para que possa oferecer condições de salvamento àqueles que a trafegam, portanto, necessita de reparos.

E dem-se honras a quem honrado e se faça justiça a quem a merece. E não queremos abusar da gentileza de V. Exa. em nos conceder este aparte, mas honra e justiça cabe a V. Exa. que, neste momento, ergue sua voz em defesa de nosso Estado, em defesa de nossa gente.

E quiséramos que as palavras de outros Parlamentares da mesma coloração de V. Exa. tivessem sido ouvidas por um Governo que se apresenta mudo e surdo a todos os apelos do povo. E se assim tivesse ocorrido, outras vozes, tenho certeza, se ergueram nas Tribunas desta Casa, se essas mesmas palavras tivessem sido escutadas, muitos problemas já teriam sido solucionados.

E esperamos que as palavras de V. Exa., membro que honra e valoriza o Partido a que pertence, em razão de sua fidelidade de sua coerência, e principalmente pelo respeito que V. Exa. tem pelo povo paranaense, sejam ouvidas pelo Governo do Estado.

Nossos cumprimentos a V. Exa. e a esperança de que sua voz seja ouvida pelos nossos governantes na área federal e estadual e que se salve um pouquinho o Estado do Paraná.

O SR. GABRIEL SAMPAIO – Agradeço o aparte de V. Exa. que muito me sensibilizou.

E no que se refere à Educação, o problema é tão grande que as nossas poucas cinco bolsas que nos ofereceram para distribuímos, como uma forma de ajudar o estudante, bolsas de 800 cruzeiros, não cobrem um quinto das anuidades de nossas universidades que são, em média, 3, 4, ou 5 mil cruzeiros por ano.

É até vexatório para um Deputado dar uma verba a estudantes que necessitam, uma verba de apenas 800 cruzeiros, que vai cobrir apenas um quinto da anuidade.

O SR. LÚCIO MACHADO – V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Deputado, não poderia furtar-me à oportunidade de congratular-me com V. Exa., pela coragem, pelo denodo, pela capacidade que vem provendo, no instante em que V. Exa. aborda assunto palpitante na estrutura administrativa deste Estado. Como bem afirmou o Deputado Fidelcino Tolentino, na oportunidade de sensibilidade do Governo, porque não são eles escolhidos pelo povo, e falta de respeitabilidade do próprio governo, nomeado, para com os Deputados da área estadual, federal, tem provocado, acima de tudo, desperdício de dinheiro público que a cada ano se passa, se torna mais acentuado.

Quero esclarecer, neste aparte, que a BR-175, que liga a Divisa do Paraná com São Paulo, cidade de Ourinhos, no governo passado, recebeu mais de 20 quilômetros de asfalto, aplicando ali milhares de cruzeiros, sem fazer as pontes e galerias necessárias. Faz mais de 3 anos que este asfalto está pronto e não pode ser entregue ao público e dizem mais, que vai ser abandonado aquele trecho de quase 30 quilômetros, com equivalência de milhares de cruzeiros, porque, de acordo com a estrutura administrativa

de planejamento atual, acham que devem mudar de traçado, para diminuir o número de pontes que devem ser feitas. É a falta de ouvir o Legislativo, é a falta de dar atenção aos homens que aqui estão representando toda uma região do Paraná. É a falta de responsabilidade do Governo, é a falta de percepção do Governo, ainda pior, sobre a estrutura econômica deste Estado.

V. Exa. aceite nossos parabéns pela sua independência, pela sua capacidade, pelo seu aspecto de verdadeiro parlamentar, que deixa sua bandeira política e mostra que aqui dentro S. Exa. tem uma obrigação, a obrigação de defender o povo, de defender seu Estado, que é o nosso Estado do Paraná.

O SR. GABRIEL SAMPAIO – Antes de encerrar, gostaria de agradecer a todos os Deputados que me apartearam, porque me deram a oportunidade de discorrer além do tema principal sobre outros assuntos que também são de fundamental importância para este Estado.

Agradeço, Sr. Presidente, mas antes de encerrar, vou ouvir o Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK – Sr. Deputado, dá V. Exa. um exemplo a esta Casa, principalmente a nós Deputados, de que não somente os homens que compõem o MDB estão com vontade de servir o povo que os elegeu, e traz V. Exa. lealmente, o seu, desejo de defender o povo. V. Exa. dá ao Paraná e aos seus colegas da ARENA um exemplo que deveria ser seguido, porque nós estamos há dois meses nesta Casa, respeitamos, como declarou o Deputado Gabriel Manoel, todas as obras e boas iniciativas do Governo do Estado, mas as críticas, erros e defeitos e desmandos do Governo somente são levados ao conhecimento do público, através da imprensa, por denúncia dos Srs. Deputados do MDB, e V. Exa., hoje, nesta Casa, além de desfigurar aquela imagem que teria a ARENA, de bater palmas, traz aqui uma demonstração do exemplo a ser seguido. Nossos parabéns a V. Exa. que demonstrou no início da Legislatura, em diversos pronunciamentos, a sua atuação de Parlamentar principalmente voltada aos interesses da vida paranaense.

Parabéns, continue nesta ascendência e V. Exa. não só agradecerá os aplausos do MDB, mas da família paranaense.

O SR. GABRIEL SAMPAIO – Agradeço, nobre Deputado, e me permitirei estender isto a muitos Deputados da ARENA. Estamos aqui há apenas dois meses, mas vários Deputados me vindo à Tribuna, como Gilberto Carvalho, Lázaro Dumont, para discordar e paralelamente cumprir seu mandato que é do próprio povo.

Acho que a minha Bancada da ARENA, através de quase todos seus membros, se não todos, tem a mesma independência que eu tenho neste Plenário, e nesta Casa, porque, da consciência e da colocação de cada um dos Deputados é que teremos, como falei na primeira vez que ocupei a Tribuna, esta 8ª Legislatura como uma Legislatura heróica em termos de política no Paraná, porque será nesta Legislatura que teremos a condição de mostrar ao Paraná e ao Brasil que o Paraná, através de seus representantes tem a suficiente independência para vir à Tribuna para reclamar, para brigar em defesa do objetivo comum de nós todos, que é o bem estar do povo do Paraná.

Muito obrigado. – (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE – Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

# ORDEM DO DIA,

com a presença de 45 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do Expediente. Necessita de apoio. – **Apoiado.** – Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3ª DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução nº 79/73, de auto-

ria da Comissão de Constituição e Justiça, Ex-Proposição nº 256/73, que aprova convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e os municípios de Alto Paraná, Pérola Do Oeste, Piraí do Sul e Roncador, objetivando o fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.P. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 10/74, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 28/74, que aprova Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e, os Municípios de Corbélia, Nova Cantu, Nova Fátima e São Pedro do Paraná, objetivando o fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.P. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 13/74, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 247/73, que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública e o Município de Cianorte, com o objetivo de organizar o serviço de Rádio Patrulha daquela comuna. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., C.P. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 20/74, de autoria do Deputado Haroldo Bianchi, que dispõe sobre a forma que estabelece sobre o Valor dos auxílios devidos pelo IPE aos cônjuges funcionários públicos, quando ambos são contribuintes. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 95/74, de autoria do Deputado Ivo Thomazoni, que cria uma circunscrição de Trânsito na sede do Município de Medianeira e Jurisdição nos Municípios de São Miguel do Iguaçu, Santa Helena e Matelândia, desmembrados da 7ª CIRETRAN. Pareceres favoráveis da C.C.J. C.F. e C.P. — **EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 17/74, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 45/74, que aprova Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, com os Municípios de Barbosa Ferraz, Cafeara e São Carlos do Ivaí, objetivando fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações e de verbas que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.P. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 25/74, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 54/74, que aprova convênio celebrado entre o Ministério da Justiça e o Estado do Paraná, objetivando a construção de um complexo penitenciário Agro-Pecuária-Industrial na região Norte do Estado. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.P. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 131/74, de autoria do Deputado Haroldo Bianchi, que autoriza o Poder Executivo criar na Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras da cidade de Jacarezinho, um Curso de Bacharelado e Licenciatura em Psicologia. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. **EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 191/74, de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 76/74, que objetiva majorar as Tabelas das Funções Gratificadas dos Funcionários dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e do Tribunal de Contas do Estado, bem como aumentar os valores dos salários família dos dependentes do funcionalismo e das pensões especiais pagas pelo Estado. Pareceres favoráveis da C.C.J. (PARCIAL), C.F., — **EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 32/74, de autoria

da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 117/74, que aprova convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e de Viação e Obras Públicas com os Municípios que especifica, objetivando construção de prédios para Delegacias de Polícia locais e Cadeias Públicas naquela comuna. Pareceres favoráveis da C.C.J. e — **Aprovado.**

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 32/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**RESOLVE:**

Art. 1º — Ficam aprovados os Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e de Viação e Obras Públicas, com os Municípios de Bom Sucesso, Colorado, Engº Beltrão, Fenix, Guaraniaçu, Kaloré, Lobato, Mal. Cândido Rondon, Nova Esperança, Nova Londrina, Paraíso do Norte, Pinhão, São Jorge do Ivaí e Tapejara, objetivando a construção de prédios destinados às Delegacias de Polícia locais, e Cadeias Públicas, nos referidos Municípios.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em de de 1974.

a) FABIANO BRAGA CORTES — Presidente  
a) ERONDY SILVÉRIO — Relator

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 117/74

Mensagem do Governo do Estado, transformada nesta Casa em Proposição ora em exame, que pretende a aprovação da Assembléia para os convênios celebrados entre o Governo do Estado, através das Secretarias de Segurança Pública e de Viação e Obras Públicas, com os Municípios especificados, objetivando a construção de prédios destinados às Delegacias de Polícia e Cadeias Públicas, nos referidos municípios.

Juridicamente escoreita a matéria poderá ser aprovada nos termos do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em de de 1974.

a) FABIANO BRAGA CORTES — Presidente  
a) ERONDY SILVÉRIO — Relator

## COMISSÃO DE POLÍCIA PARECER AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 32/74

Submete-se a deliberação desta Comissão, Projeto de Resolução apresentado pela Douta Comissão de Constituição e Justiça, aprovando os termos dos convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e de Viação e Obras Públicas, e os Municípios especificados, objetivando a construção de prédios destinados às Delegacias de Polícia locais.

No âmbito desta comissão, ou seja, o aspecto financeiro, nada há que se insurja à tramitação do Projeto.

Face ao exposto, opino pela APROVAÇÃO da Proposição. É o parecer.

Sala das Comissões, em 2 de dezembro de 1974.

a) ANTONIO BELINATI — Presidente  
a) ANTONIO COSTA — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 03/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que dispõe o número de

Assessores nos Gabinetes da Presidência, 1ª Secretaria e 2ª Secretaria deste Poder Legislativo. Parecer favorável da C.C.J., com EMENDA.

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 03/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º - O Artigo 7º do Decreto Legislativo nº 573/67, no seu § 2º, incisos I, II, e IV, alíneas "b", passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 7º - ...

§ 2º - ...

I - Gabinete da Presidência:

a - ...

b - Quatro (4) Assessores;

II - Gabinete da 1ª Secretaria:

a - ...

b - Quatro (4) Assessores;

IV - Gabinete da 2ª Secretaria:

a - ...

b - Quatro (4) Assessores.

Art. 2º - A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em março de 1975.

a) PAULO CAMARGO - Presidente

a) AGUINALDO PEREIRA LIMA - 1º Secretário

a) MAURÍCIO FRUET - 2º Secretário.

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 03/75

Assinado pela Comissão Executiva, o Projeto de Resolução em exame pretende alterar o artigo 7º, do Decreto Legislativo nº 573/67, no seu § 2º, para aumentar, o número de Assessores nos Gabinetes das Presidência, 1ª e 2ª Secretaria.

A matéria é legal e relevante, merecendo por isso a aprovação da Casa.

É o Parecer.

Sub-Censura.

Sala das Comissões, em

a) ACCIOLY FILHO - Presidente

a) LUIZ ROBERTO SOARES - Relator

# EMENDA AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 3/75

1 - Acrescente-se um artigo onde couber:

Art. - O Artigo 7º do Decreto Legislativo nº 573/67, no seu parágrafo 2º, inciso IX, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 7º - ...

§ 2º - ...

IX - Gabinete das Lideranças da Arena e do MDB:

a) - um Chefe.

b) - um Assessor.

c) - dois Auxiliares.

2 - Acrescente-se a um artigo onde couber:

Art. - O Artigo 7º do Decreto Legislativo nº 573/67, terá um parágrafo 3º a saber:

§ 3º - Gabinete das Lideranças do Governo e da Oposição:

a) - um Chefe.

b) - um Assessor.

c) - dois auxiliares.

a) ADALBERTO DAROS.

Sobre o referido Projeto de Resolução, há uma Emenda da Comissão de Constituição e Justiça.

De acordo com o art. 196 do nosso Regimento Interno, esta Presidência retirará o Projeto de pauta por três Sessões, para ser apreciado pela Comissão Executiva.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 11/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 199/74, que aprova Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através das Secretarias de Viação e Obras Públicas e Secretaria de Segurança Pública, com os Municípios que especifica, objetivando construção de prédios destinados às Delegacias de Polícia e Cadeias Públicas nos referidos municípios. Parecer favorável da C.C.J. - Aprovado.

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 11/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º - Ficam aprovados os convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e de Viação e Obras Públicas, com os Municípios de Araruna, Formosa do Oeste, Jandaia do Sul, e Realeza, objetivando a construção de prédios destinados às Delegacias de Polícia locais, e Cadeias Públicas nos referidos municípios.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 3 de abril de 1975.

a) ACCIOLY FILHO - Presidente

a) LINEU TURRA - Relator

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 199/74

São encaminhados à apreciação da Casa, convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e de Viação e Obras Públicas, com os municípios de Araruna, Formosa do Oeste, Jandaia do Sul e Realeza, objetivando a construção de prédios destinados às Delegacias de Polícia locais e Cadeias públicas nos referidos municípios.

Cumpra, assim, o Sr. Governador do Estado determinação constitucional, de vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os Municípios, necessitam de aprovação da Casa.

O próprio texto dos tratados diz do interesse público de matéria, por isso o nosso parecer é favorável nos termos do Projeto de Resolução anexo.

Pela aprovação.

Sub-Censura.

Sala das Comissões, em 3 de abril de 1975.

a) ACCIOLY NETO - Presidente

a) LINEU TURA - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 12/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 20/75, que aprova convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Negócios de Viação e Obras Públicas e o Município de Pérola, objetivando construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia no referido município. Parecer favorável da C.C.J. - Aprovado.



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 12/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º - Fica aprovado o Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Negócios de Viação e Obras Públicas, e o município de Pérola, objetivando a construção de prédio destinado à Delegacia de polícia no referido município.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 03 de abril de 1975.

- a) ACCIOLY FILHO - Presidente  
a) LINEU TURRA - Relator

PROPOSIÇÃO:

PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 02/75

O Sr. Chefe do Poder Executivo encaminha a esta Assembléia Legislativa, Convênio celebrado em 29 de outubro de 1974, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Negócios de Viação e Obras Públicas e o Município de Pérola, objetivando a construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia no referido município.

Cumpra, assim, o Sr. Governador determinação constitucional, eis que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os Municípios, necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto dos tratados diz do interesse público da matéria, por isso o nosso parecer é favorável nos termos do Projeto de Resolução em anexo.

Pela aprovação.

Sub-Censura.

Sala das Comissões, em 03 de abril de 1975.

- a) ACCIOLY NETO - Presidente  
a) LINEU TURRA - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 216/73, de autoria do Deputado Jorge Sato, disciplina a função de Despachante perante a Secretaria de Segurança Pública, exceto o DETRAN e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.P. - Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 216/73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - A Secretaria de Segurança Pública poderá credenciar despachantes para exercer atividades e praticar, nesta Secretaria, em nome de seus comitentes, todos os atos que independam de procuração, excetuados os de competência do Departamento de Trânsito.

Art. 2º - São condições para a credenciação de despachantes, nos termos do artigo anterior:

I - Fazer prova de:

- a) ser cidadão brasileiro, nato ou naturalizado;
- b) ser maior de 21 anos;
- c) estar quites com o serviço militar;
- d) sanidade física e mental, com laudo médico expedido pela Secretaria de Saúde Pública;
- e) nível secundário de instrução, com comprovante de conclusão de curso secundário, 1º ciclo;

f) idoneidade, com certidão negativa dos cartórios de Protestos de Títulos da Capital, e se residente no Interior, do Cartório local, e certidão negativa das Varas Criminais, Execuções Criminais, Distribuidor Cível e do Comércio, Falências e Concordatas, dos últimos 10 anos;

g) bons antecedentes político-sociais, com documento expedido pela DOPES;

h) identidade fiscal, com fotocópia autêntica do Cartão de Identificação do Contribuinte, fornecido pela Delegacia Regional do Imposto de Renda.

II - Submeter-se à prova de habilitação, por concurso, onde se comprovem conhecimentos sobre a legislação que rege a área administrativa onde vai operar;

III - Firmar termo de responsabilidade, garantido por caução, junto ao Tesouro do Estado, no valor de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros), em moeda corrente do país, para responder por eventuais danos pecuniários ou materiais, ocasionados à Secretaria ou a terceiros.

Art. 3º - As associações civis registradas e reconhecidas como de utilidade pública, pela União ou pelo Estado, de natureza filantrópica ou assistencial, poderão, a critério do Secretário de Segurança Pública, ser credenciadas.

Parágrafo único - O proposto por elas indicado deverá preencher os requisitos exigidos no artigo anterior.

Art. 4º - Ao despachante abrangido por esta Lei, compete:

a - representar os interesses dos seus clientes, desde que autorizado por documento hábil.

b - encaminhar e acompanhar o andamento de processos e papéis de interesse de seus clientes, atendidas as disposições regulamentares dos serviços das repartições.

c - requerer certidões para instruir processos, solicitar a informação sobre o respectivo andamento, bem como reclamar perante a quem de direito no caso de demora na tramitação de requerimentos e processos.

d - pagar em nome de seus representantes quaisquer impostos, taxas ou multas.

Art. 5º - Cada despachante poderá requerer ao Secretário de Segurança Pública a credenciação de um preposto que indicará:

§ 1º - O preposto, como auxiliar, funcionará sob exclusiva responsabilidade deste.

§ 2º - Ao preposto aplicar-se-á, no que couber, a legislação aplicável ao despachante, excetuado o disposto na letra b, do item I, do art. 2º.

§ 3º - O preposto deverá ter idade superior a 18 anos.

§ 4º - O despachante firmará um termo de responsabilidade sobre os atos praticados pelo seu preposto, no exercício das respectivas funções, inclusive, pelas indenizações em que aquele incorrer por força de seu trabalho.

§ 5º - A credenciação do preposto, bem como a do despachante, será expedida em caráter precário.

Art. 6º - Incumbe ao despachante credenciado:

a) - tratar com urbanidade clientes e funcionários, respeitando o regime de disciplina que rege o serviço público;

b) - diligenciar o rápido andamento dos interesses que lhe são confiados;

c) - possuir livro de registro, de conformidade com modelo a ser estabelecido pela Secretaria, onde conste:

1 - nome, estado civil, nacionalidade, profissão e domicílio dos comitentes;

2 - os negócios de que estiver encarregado, com as respectivas conclusões e contas;

3 - os pagamentos recebidos.

d) - apresentar o livro de que trata a letra anterior para exame sempre que a Secretaria assim o solicitar;

e) - prestar contas e fornecer recibos aos seus clientes;

f) - acatar as determinações das chefias das repartições e com elas cooperar;

g) - manter em seus escritórios, em lugar visível ao público, impressas e sem razuras:

A - tabela de honorários aprovada pelo Secretário de Segurança Pública;

B - tabela de taxas dos órgãos da Secretaria, relativas aos serviços de sua atribuição.

h) - comunicar, dentro de 24 horas, à Secretaria, a dispensa de preposto, bem como a devolução da respectiva credencial;

i) - portar e exibir em lugar visível do vestuário, quando no exercício da função, cédula de identidade oficial expedida pela Secretaria;

j) - identificar os processos que encaminhar nas respectivas repartições, com carimbo onde conste o nome do despachante, resolução, data de nomeação e endereço do escritório;

l - instruir os processos que encaminhar, com o seguinte documento, além da documentação regular, comprovante padrão fornecido pelo órgão, devidamente preenchido, devendo constar a autorização do cliente, bem como um orçamento de custo de seus honorários.

Art. 79 - É vedado ao despachante, nos termos desta Lei:

a) - delegar a outrem, que não o seu preposto, suas atribuições definidas em Lei e regulamento;

b) - aceitar o patrocínio de interesses que venham, de qualquer modo, causar prejuízos a terceiros ou à administração pública;

c) - manter conduta incompatível com o decoro da profissão;

d) - desempenhar cargo ou função pública.

Art. 89 - Constitui impedimento legal para a credenciação de despachante, ser o mesmo parente até 3º grau, inclusive na linha de afinidade, de funcionários da Secretaria de Segurança Pública ou disposição dela.

Art. 99 - Pela infração de seus deveres profissionais na esfera administrativa fica o despachante sujeito às seguintes sanções:

a) - advertência e repreensão;

b) - suspensão até noventa dias;

c) - cassação da credencial concedida.

Parágrafo único - As penas estabelecidas na letra c), do artigo anterior, são aplicadas pelo Secretário de Segurança Pública e as das letras a) e b), são aplicadas pelo diretor Administrativo da referida Pasta.

Art. 10 - A imposição das penas de que trata o artigo anterior será precedida de sindicância, mediante prévia notificação do acusado, pessoalmente ou por editais com prazo de cinco (05) dias para justificar-se por escrito, dentro de dez (10) dias, facultada a juntada de documentos.

Art. 11 - Das decisões que importarem na aplicação de sanções, após pedido de reconsideração, caberá recurso à autoridade imediatamente superior, sem efeito suspensivo, no prazo de quinze (15) dias, cuja decisão será irrecorrível.

Art. 12 - A Secretaria de Segurança Pública manterá em sua Seção de Pessoal o registro dos despachantes credenciados, para efeito de anotação de sua vida profissional.

Parágrafo único - O uso indevido, por parte do despachante, das prerrogativas aqui concedidas, importará na cassação da credencial, além da imposição das cominações legais decorrentes.

Art. 13 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em

a) JORGE SATO

JUSTIFICAÇÃO:

O objetivo deste Projeto é o de criar, na área da Secretaria de Segurança Pública, a função do despachante para atos que independam de procuração.

O sucesso do despachante de trânsito, sugerir-nos a extensão da experiência em outros setores, nos mesmos moldes daquela.

A rapidez e a eficiência do serviço público são efeitos complementares da iniciativa, pelo que espera-se a aprovação unânime da Casa.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 216/73

Autor: JORGE SATO

Tem por objetivo o presente projeto a criação da função de despachante junto à Secretaria de Segurança Pública, para tratar dos interesses das partes relativas à competência da referida Pasta, excetuado a do Departamento de Trânsito.

Referida exceção se explica pela existência do Despachante para assuntos de trânsito, devidamente disciplinada por lei e regulamentada por decreto executivo.

Essa experiência vitoriosa de longos anos, segundo a justificativa do ilustre autor, é que influenciou na elaboração da presente iniciativa, tanto que a sua disciplinação está assentada sobre as mesmas bases daquela.

Vale ressaltar, ainda, que o serviço público ganha em rapidez e eficiência com o trabalho intermediário dos despachantes, autênticos representantes dos interesses das partes e auxiliares inestimáveis na administração oficial.

Além disso, a propositura se reveste de alcance sócio-econômico direto, quando é certo que abrirá uma nova frente de trabalho capaz de absorver mão-de-obra especializada.

A matéria quanto a legalidade e constitucionalidade está isenta de qualquer vício; pelo contrário, é daquelas genuínas iniciativas do legislador.

Pelo exposto, opino pela aprovação.

Sala das Comissões, em 17 de junho de 1974.

aa) WILSON FORTES - Presidente

OVIDIO FRANZONI - Relator

#### COMISSÃO DE POLÍCIA PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 216/73

I - O Projeto de Lei nº 216/73, de autoria do nobre Deputado JORGE SATO, visa a regulamentar a função de Despachante na área da Secretaria de Segurança Pública, excetuado o DETRAN.

II - A Comissão de Constituição e Justiça, examinando a matéria, do ponto de vista legal e constitucional, pronunciou-se favoravelmente.

III - Efetivamente, a instituição da função de despachante, na área de uma Secretaria que, pela natureza das atribuições que lhe são cometidas, afeta os interesses de um grande número de contribuintes, é de suma importância para a racionalização e simplificação no atendimento das partes.

IV - Por esta razão, achamos a iniciativa oportuna e opinamos pela aprovação do Projeto.

É o parecer,

S.M.J.

Sala das Comissões, em 02 de dezembro de 1974.

aa) ANTONIO BELINATI - Presidente

ARTHUR DE SOUZA - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 157/74, de autoria do Deputado Antonio Costa, que declara de Utilidade Pública, o 1º de Maio Esporte Clube da Cidade de Curitiba. **Parecer favorável. - APROVADO.**

## PROJETO DE LEI Nº 157/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública, o 1º de Maio Esporte Clube, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em

a) ANTONIO COSTA

## JUSTIFICATIVA:

O 1º de Maio Esporte Clube, fundado em maio de 1967, é composto de um número ilimitado de sócios, onde não se faz distinção de nacionalidade, credo ou sexo.

Tem por fim proporcionar a difusão do civismo e cultura física, podendo também realizar reuniões de caráter social e cultural.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 157/74

I - A presente iniciativa de lei, de autoria do nobre Deputado ANTONIO COSTA, visa declarar de Utilidade Pública a associação esportiva 1º de Maio Esporte Clube, com sede e foro nesta Capital.

II - A citada iniciativa de lei vem articulada e justificada, e se faz acompanhar de todos os requisitos exigidos por Lei, para a tramitação de projetos deste jaez.

III - Pelo exposto, somos de parecer pela sua aprovação. É o Parecer.

Sala das Comissões, em 02 de abril de 1975.

aa) ACCIOLY NETTO - Presidente

IVAN RÜPPEL - Relator

O SR. PRESIDENTE - Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Reinaldo de Oliveira Mendes, Vice-Prefeito do Município de Pien. - **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Rev. Jonas Rufino Silva. - **Aprovado.**

Requerimentos de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constantes do Expediente, solicitando Regime de Urgência para os Projetos de Lei nº 173/74 e 194/74. - **Aprovados.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei nº 1119/74. - **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do Expediente, solicitando seja oficiado à Telepar, no sentido de que sejam urgenciados os serviços de implantação do sistema telefônico nos Municípios de Capitão Leônidas Marques e Catanduvas. - **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações à Igreja do Evangelho Quadrangular - Cruzada Nacional de Evangelização, pela feliz iniciativa de ter promovido, em nossa Capital, um encontro de jovens com a finalidade de estudar os melhores princípios de elevação espiritual, e de bem viver na sociedade. - **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Aragão de Matos Leão, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações ao Sr. Secretário da Justiça, pela inauguração das novas instalações do Núcleo Residencial dos Internados da Colônia Penal Agrícola "Manoel Ribas, de Piraquara". - **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sam-paio, lido da Tribuna, solicitando seja oficiado ao DNER, através

do Ministério dos Transportes, encarecendo a liberação de verba necessária ao recapeamento e demais benefícios nos trechos da Rodovia do Café, Ponta Grossa - Apucarana. - **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adalberto Damos, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao DER, no sentido de serem feitos reparos na Ponte do Rio Cachoeira, na estrada que dá acesso à localidade de Rio Pequeno, no município de Antonina. - **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Osvaldo Macedo, lido da Tribuna, solicitando convocação do Sr. Secretário do Interior, para, em Plenário, prestar informações sobre a propala-da transferência do controle acionário da Telepar para a Telebrás. - **Em discussão.**

O SR. IVO THOMAZONI - Para discutir, Sr. Presidente.

C SR. PRESIDENTE - Fica transferida a discussão do referido Requerimento, para a Sessão de amanhã.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, constante do Expediente da Sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando seja encaminhado pedido de informações referentes à administração da Café do Paraná, no que se refere à distribuição de sementes. - **Em discussão.**

O SR. IVO THOMAZONI - (Para discutir) Sr. Presidente, fundamentado constitucional e regimentalmente, o Sr. Deputado Muggiati Filho, Líder do MDB nesta Casa, endereçou Pedido de Informações ao Sr. Secretário da Agricultura, através do Fxmo. Sr. Governador do Estado, arguindo em vários itens a Café do Paraná, sobre assunto que pretende esclarecer.

A Liderança conseguiu junto à Secretaria da Agricultura, Sr. Presidente, as informações que S. Exa. solicitou, e deseja dizer "que o atendimento da demanda de sementes de trigo no Paraná é feita por mais de 69 produtores cadastrados e devidamente registrados no Ministério da Agricultura e sub-Comissão Específica, o CEST, ou seja, Comissão Estadual de Sementes de Trigo. Além disso, há inúmeros comerciantes ainda que apenas revendem o produto adquirido de produtores deste e de outros Estados. Deste modo, o Estado do Paraná está totalmente coberto, competindo à Café do Paraná apenas uma função supletiva para todos os produtos no tocante à distribuição de sementes exceção feita ao algodão. Para o cumprimento desta função a empresa se utiliza de produção própria obtida através de coope-tados-produtores. Para o plantio em 1975, foram instalados em 1974, campos de produção numa área de 3.685 hectares, o que nos proporcionaria uma produção de 110.000 sacos, para uma estimativa de venda de 103.000 sacos. Entretanto, fatores adversos fizeram com que essa produção se reduzisse a 57.000 sacos.

Na Região Sul, a frustração foi quase total, ficando reduzida a apenas 10 por cento do esperado, segundo informações da CEST-PR.

A produção de sementes foi frustrada face fato readversos, tais como: falta de chuvas no período de granação, e excesso por ocasião da colheita.

Respostas aos quesitos:

1 - desconhecemos que tenha havido quaisquer irregularidades na distribuição de sementes de soja no período mencionado (1972/73), nas duas últimas safras, o movimento de vendas de soja foi o seguinte:

ANO	DISPONIBILIDADE	VENDAS	SALDO
1972/73	60.034	57.954	2.080
1973/74	41.666	29.414	12.252

Quanto a este item inserido na pergunta primeira do requerimento do Deputado Muggiati Filho, se S. Exa. pretender particularizar uma ocorrência ou irregularidades, a Café do Pa-



raná terá a satisfação de responder, apurando a irregularidade havida. Na pergunta 2, Sr. Presidente, Srs. Deputados, pergunta quais os motivos determinantes da grande distribuição das sementes de trigo, as primeiras previsões são as de que a demanda superará em maio de 100.000 (cem mil) sacas o estoque existente.

(Lê):

"Quais os motivos determinantes da não distribuição de sementes de trigo por parte da Café do Paraná ao preço de 135,00 a saca?"

Sr. Presidente, Srs. Deputados, foram distribuídos conforme quadro que tenho para conhecimento dos Srs. Deputados, na forma:

(Lê):

"Na Região de Cambé:

Alvorada do Sul	1.100
Apucarana	150
Arapongas	590
Bela Vista do Paraíso	2.300
Ibiporã	400
Ivaiporã	650
Londrina	770
1º de Maio	2.450
Rolândia	750
Cambé	7.606
Nos Postos de Assaí	4.800
Cambará	7.540
Campo Mourão	2.250
Jaguapitã	2.700
Maringá	4.200
Paranavai	1.500
Ponta Grossa	6.416
Toledo	1.000
Umuarama	2.300

Os postos de Campo Mourão, Assaí e Umuarama, são postos que atendem postos e sub-postos jurisdicionando dezenas de municípios.

Há um outro item em que se deve também informar de quem em Maringá foram adquiridas da COCAMAR, dez mil sacas de sementes, e distribuídas em Campo Mourão por 3.500 a saca; Maringá 2.500; Paranavai 600; Cambé 500 e Toledo 900.

O Sr. Deputado na pergunta 3, indaga quais as causas de ter a Café do Paraná cedido ao comércio o seu estoque de sementes de trigo, existentes em Apucarana, ao invés de vender diretamente ao produtor. O estoque de sementes de trigo, existente em Apucarana e também em Arapongas e Cambé, era constituído por sementes em fase de preparo, que estão aguardando o resultado de análises, para posterior liberação. Uma vez concluídas todas estas etapas, foram as sementes distribuídas aos postos da Café do Paraná, e sub-postos de Cambé, conforme relação anexa, para a venda aos triticultores, relação esta conhecida há pouco.

No momento, já que a fase de comercialização chega ao final, estão sendo apropriados dados, visando elaborar quadros de distribuição de sementes, em que conste o nome do triticultor, do município, e a quantidade vendida a cada um. Estes dados, conforme deve o Deputado autor do Requerimento ter tomado conhecimento, levam dias talvez semanas, para se fazer o levantamento em todos os postos e sub-postos, e a Liderança se compromete trazer, para conhecimento dos Srs. Deputados, estas informações.

A outra pergunta diz: (Lê) "Qual o preço do estoque do trigo em poder da Café do Paraná, e qual seu preço de custo?"

No quadro anexo, da situação atual - Saldo em Cambé, aguardando análise e reservado para o Campo de Cooperaç...

7.591 sacas. O preço conforme foi dito é de 135 cruzeiros por saca de 50 quilos, valor este atingido de acordo com cálculo que eu tenho em mãos e poderia fornecê-lo que está na seguinte ordem: Preço médio de trigo em grão ao produtor, 50 quilos, 84,00. Movimentação, trigo-grão, duas pegas, 52 centavos - movimentação de emblocamento com seis pegas, 1,62; Despesas com secagem, 25 centavos; Despesas com armazenagem e seguro, 2,30; despesas com inseticida 40 centavos; Sacaria-papel, 5,46; quebra na produção 1,58; comissão aos revendedores 2,70; Premio-incentivo-produção 42 centavos; juros bancários a 15 por cento ao ano, 180 dias, 75 centavos e transportes 300. Sub-total 103 cruzeiros; uma taxa de administração 25 por cento, atingindo 25,75 e um lucro de 6,25, que dá um total de 135,00.

Quer me parecer que as primeiras perguntas estão respondidas, porque há uma pergunta no item 5, e ele indaga a constante fiscalização dos atos praticados pela Café do Paraná, por parte da Secretaria de Agricultura. E quais os meios usados para o exercício desta fiscalização.

Informa a Café do Paraná, e a própria Secretaria da Agricultura, que o Diretor-Presidente tendo assumido na sexta-feira o cargo, e o Secretário da Agricultura tendo assumido há 30 dias, dizendo que determinaram, além do levantamento dos dados que já têm, a relação nominal dos agricultores adquirentes das sementes e endereços. E que haverão de verificar, no Interior qual a forma que o Governo tem usado na fiscalização.

A outra pergunta: "quanto o Governo destinará para aquisição de sementes, não incluindo a do trigo. E se a Café do Paraná será o órgão de ação do Governo no cumprimento deste anunciado convênio.

Este convênio que o autor fez referência, já foi assinado pelo Banco Central e o Governo do Estado do Paraná, e já destinou 45 milhões de cruzeiros de uma parcela total de 120 milhões.

Só a título de informação, esses valores serão aplicados na multiplicação dos Postos de Seleção de Sementes, não tratam de sua comercialização. Só no sentido da expansão de sementes selecionadas, sementes de trigo, também no Interior.

Coloca-se o Governo à disposição da Liderança do MDB para trazer a relação dos agricultores adquirentes de sementes e seus endereços e respectivos municípios.

Era só, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - Em discussão. Em votação.

O SR. MUGGIATI FILHO - (Para encaminhar a votação).

Sr. Presidente, preliminarmente desejo expressar reconhecimento pela sua gentileza em nos adiantar essa valiosa informação. Também nos congratulamos com S. Exa. pela excepcional rapidez com que o eminente Deputado colheu os dados pelos quais pede a recusa à Casa, do nosso Requerimento.

Em que pese o respeito que sempre foi prestado às palavras do eminente Líder do Governo nesta Casa, a resposta trazida por S. Exa. também preliminarmente, deve merecer de nossa parte um estudo mais atencioso, além daquele que pudemos ouvir de S. Exa. Há, entre o pedido e a resposta trazida por S. Exa. num documento que traz a assinatura do Diretor da Produção Agrícola e do Diretor Presidente da Gerência Financeira da Café do Paraná, parte da própria interessada, e nós não pedimos isso no nosso Requerimento, porque entendemos que a interessada "Café do Paraná", neste caso é suspeita, através de qualquer informação que preste, a não ser que tenha base contábil, documentos verificados. E, por isso, foi pedida a informação ao Sr. Secretário da Agricultura.

Lamentamos, mas somos forçados a defender nosso pedido, embora possamos dizer também a S. Exa. que após um exame mais detido neste papel, poderemos posteriormente reconsiderar nosso Requerimento, ainda em tempo de saída desta Casa.

Não podemos aceitar uma resposta da "Café do Paraná", que esqueceu requerimento feito por este Deputado, no antigo Plenário, na presença presumida de V. Exa. e muitos outros Deputados que aqui encontram, que pertenceram à Legislação passada, quando denunciarmos o desvio de sementes de soja, ocorrido nos armazéns da Café do Paraná, de Arapongas. Foram notícias que recebemos de elementos ligados à agricultura daquele Município e a sua própria Prefeitura, sendo que naquela oportunidade, houve até concentração de lavradores à frente dos armazéns da Café do Paraná, que queriam impedir, por esforço pessoal a saída das sementes que a Companhia promovia naquele Município.

Agora, constatei eu próprio, vi as sacas da Café do Paraná, na Agro-Sol, Armazém de Rolândia, que não é entreposto da Café do Paraná, à venda a 180 cruzeiros acima, e o funcionário que me acompanhava desceu do veículo, entrou nessa firma, como foi a outras firmas em Londrina, e constatou que a aquisição de sementes de trigo não se faz pelo preço que aqui está.

De modo, que não queremos pré-julgar ninguém, mas existe algo errado, e de muito errado na Café do Paraná, porque o próprio lavrador não deposita mais nesta Companhia a confiança que teria que depositar, uma vez que está substituindo em quase todos os municípios a representação que a Secretaria da Agricultura mantinha através de um órgão que depois acabou dando lugar à Café do Paraná.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, não trouxemos o problema a esta Casa com outro objetivo que não seja aquele que diz respeito estritamente à nossa função, função esta que entendemos hoje uma das principais do Deputado, a de exercer a fiscalização com responsabilidade. Pesa minha responsabilidade sobre minha assinatura neste requerimento e, como o tenho em meu poder, e se houve, necessidade apresentarei o rol de testemunhas que poderá provar a existência destes fatos. Talvez não seja necessário isto, mas entendemos conveniente para sossego nosso.

De modo que, Sr. Presidente, entendemos que a responsabilidade da Café do Paraná deve sofrer o crivo do Sr. Secretário da Agricultura.

Louvamos o esforço do Líder do Governo em trazer as informações à Casa, muitas das quais valiosas.

Mas vejamos os Senhores, como é fácil esquecer as coisas. S. Exa. deve ter lido, nobre líder do Governo, nosso requerimento por ocasião do problema do soja, que consta dos Anais da Casa. Não se justifica que a Café do Paraná o ignorasse porque lhe foi encaminhado tal requerimento e veio a resposta naquela ocasião sobre diversas alegações da sua movimentação com relação à semente do soja.

Não nos estamos dirigindo somente aos colegas do MDB, mas, também, aos eminentes Deputados da ARENA, ao eminente Líder do Governo com assento nesta Casa. Ou configuramos através do expediente da informação, que é um expediente de responsabilidade, e entendo que deve ser de interesse do próprio Governo que se lhe fiscalize o órgão principal de distribuição relacionado com semente, com ligações diretas a nossa agricultura para que se houver irregularidade, o próprio governo se sinta com forças de estabelecer estas responsabilidades que muitas vezes podem ser da maior importância e que estariam ofendendo o próprio Governo.

É um serviço dos mais valiosos que a Oposição presta legitimamente ao Governo e mais do que a Oposição, o Poder Legislativo através do uso de suas atribuições.

Dai, Sr. Presidente, Srs. Deputados, entendermos que o Sr. Secretário da Agricultura, que o Sr. Secretário digo governador do Estado que encaminhara a matéria devem ter ciência das suas responsabilidades ao assinarem as informações pedidas.

E nos, desde que, realmente, nos convençamos de que o intuito administrativo, embora em prejuízo de alguns lavradores, esteja correto nada mais queremos que isto de poder dizer, mesmo sendo eu Presidente do Partido da Oposição e, pela bondade

dos meus colegas, Líder da Bancada nesta Casa, que o Governo está certo. Nunca negamos isto, quando o Governo está realmente certo. Afinal de contas o Governo se constitui para ser o Governo de todos, não de uma facção, não de um, não para governar isoladamente dos problemas que surgem em sua administração.

O SR. PRESIDENTE – Comunico ao nobre orador que está findo o tempo que tinha para encaminhar a votação. Porém, concedo mais dois minutos para que possa terminar sua oração.

O SR. MUGGIATI FILHO – Obrigado, Sr. Presidente, pelo tempo que me concede. Reitero nosso pedido dizendo mais: pelo que deparei também não ficou esclarecida a inexistência de sacas de café no comércio particular oriundas da Café do Paraná.

Por isto acredito que a Bancada majoritária nesta Casa fará com que S. Exa., o Sr. Secretário da Agricultura dê a última palavra nas informações que devem ser prestadas ao requerimento em discussão. Muito obrigado, Sr. Presidente. (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE – Continua em votação o Requerimento.

O SR. IVO THOMAZONI – (Para encaminhar à votação).  
Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A liderança da Arena se confessa, agora, preocupada porque entende muito séria a denúncia formulada pelo Sr. Deputado Muggiati Filho, quando afirma terem desaparecido estoques existentes em Apucarana nos armazéns da Café do Paraná, e que não mais se encontra sementes de trigo salvo ao preço variado de 180 a 220 cruzeiros a saca; além da bruta alteração de preço as sementes só serão vendidas se o produtor vincular ao seu pedido de sementes um outro de fertilizantes; e que a Agência da Café do Paraná, em Arapongas e em outras vizinhanças, não recebeu semente de trigo para distribuição.

Sr. Presidente, muitas vezes a Café do Paraná vende a determinado agricultor determinada quantidade de semente, no caso do soja mais especificamente.

Agora, ninguém pode pretender ignorar que se o agricultor não aplicar toda a quantidade de semente adquirida, não possa ele entregar o remanescente a qualquer comerciante para vender a semente, ainda em tempo de sua aplicação naquela safra, evitando um prejuízo que seria fatal se ele vendesse aquela semente, como soja a granel, a preço do comércio.

A denúncia está posta, Sr. Presidente, em termos que preocupa a liderança. E quero acreditar que o Governo do Estado, Sr. Jayme Canet Júnior e o Sr. Secretário da Agricultura e também os Diretores da Café do Paraná devem estar, tanto quanto eu, preocupados em esclarecer.

Porque nós podemos aqui afirmar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que não exista na entidade, como funcionário da Café do Paraná, alguém que use esta prática de comercialização numa operação que se poderia denominar de desonesta, para beneficiar-se: o que eu quero, é isentar a responsabilidade do Governador e Secretário do Estado e também a Diretoria da Café do Paraná que eu conheço, que é constituída de homens probos, honestos e todos eles interessados em que aquele organismo realmente sirva à sua destinação e, Sr. Presidente, Srs. Deputados, este Deputado, muito embora dê validade e creditibilidade total às informações

que forneceu, vai votar a favor do Requerimento do nobre Deputado Muggiati Filho. Não vejo outra razão mesmo porque estou plenamente convencido de que assim procederia o Sr. Governador do Estado se aqui estivesse, porque este é o desejo da Café do Paraná, porque em instante algum esta liderança pretendeu que qualquer das indagações não fosse respondida no sentido de esclarecer, e se houver realmente qualquer funcionário

com comportamento não aquele ditado pela Café do Paraná, a responsabilidade será promovida, eu tenho certeza.

Votarei pela aprovação do requerimento, especialmente para nos esclarecermos quanto à pergunta número um, aquela que V. Exa., Sr. Deputado Muggiati Filho, indaga:

Se houvesse providência anterior visando apurar irregularidades na distribuição de sementes de soja, que teria ocorrido na Café do Paraná na safra 74/73, e, aquela relativa à existência de sementes de trigo em mãos de comerciantes, com a identificação da Café do Paraná no invólucro, sendo vendidas a um preço que alcança 180, até 220 cruzeiros, segundo V. Exa. informa, o que nos preocupa a todos e acredito que realmente alguém não está procedendo corretamente, e ao Sr. Governador do Estado interessa esclarecer o episódio, em benefício também da probidade administrativa que ele, Governador quer e deseja mais do que ninguém manter, em benefício do Estado do Paraná.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - Em votação o Requerimento, - **Aprovado**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã dia 24, quinta-feira à Hora Regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Resoluções nºs-  
17/74, 20/74 e 25/74 e dos Projetos de Lei nºs.  
131/74, 172/74 e 191/74

2ª DISCUSSÃO - dos projetos de Resoluções nºs 32/74, 11/75  
e 12/75 e dos projetos de Lei nºs. 216/73 e 157/74.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Resoluções nºs-  
01/74, 27/74, 05/75, 13/75, 18/75 e 24/75 e dos  
Projetos de Lei nºs 165/74 e 177/74.

marcando ainda, uma Sessão para sexta-feira dia 25, às  
10,00 horas com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL: dos Projetos de Resoluções nºs 75/73,  
80/73, 02/74, e 24/74 e dos Projetos de Lei nºs 229/71,  
134/73, 288/73, 28/74, 56/74 e 97/74.

Levanta-se a Sessão.

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 210/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

#### R E S O L V E

Art. 1.º - Fica incluído nos itens VIII, X e XI, do Art. 2.º do Decreto Legislativo nº 68/75, de 20 de fevereiro de 1975, as seguintes alterações:

"VIII - No Gabinete do Departamento de Finanças, Contabilidade e Pessoal"

- i- Seção de Contabilidade Geral;
- j- Seção de Orçamento Empenhos e Requisições;
- k- Seção de Contas;
- l- Seção de Cadastro e Pessoal.
- m- Seção de Regime Legal;
- n)- Seção de Folhas de pagamento;
- o)- Pagador.

"X - No Gabinete do Departamento Legislativo"

- l)- Seção de Serviços Gerais;
- m)- Seção de Controle e Movimentação Legislativa;
- n)- Seção de Acompanhamento Taquigráfico;
- o)- Seção de Revisão Taquigráfica;
- p)- Seção de Redação de Debates;
- q)- Seção de Diário da Assembléia;
- r)- Seção de Anais e Publicidade;
- s)- Seção de Redação da Ata;
- t)- Seção da Ordem do Dia;
- u)- Seção de Autografia;

"XI - No Departamento Administrativo"

- k)- Seção de Correspondência;
- l)- Seção de Contrôles e Movimentação de Processos;
- m)- Seção de Expediente;
- n)- Seção de Arquivo;
- o)- Seção de Estatística;
- p)- Seção de Documentação Histórica;
- q)- Seção de Cadastro de Fornecedores;
- r)- Seção de Licitação;
- s)- Seção de Material de Consumo;
- t)- Seção de Controle de Material de Consumo;
- u)- Seção de Cadastro Patrimonial;
- v)- Seção de Conservação e manutenção;
- w)- Seção de Portaria;
- z)- Seção de Limpeza e Conservação.
- aa)- Seção de Telefonia;
- ab)- Seção de Atendimento do Plenário;
- ac)- Seção de Transmissões;
- ad)- Seção de Copa e Cozinha;
- ae)- Seção de Transportes;
- af)- Seção de Segurança.

Art. 2.º - Fica incluído no Art. 1.º do Decreto Legislativo nº 410/70, de 31 de julho de 1967, a seguinte Gratificação de Representação:

a) Chefe de Seção. .... Cr\$ 400,00.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 23 de abril de 1975.

aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO - Presidente  
AGUINALDO PEREIRA LIMA - 1.º Secretário  
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET - 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº 211/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2036/75, de 14 de março de 1975, deste Poder.

#### R E S O L V E:

I - mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos



do Art 248, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de LOIZEL RUPPEL BITTENCOURT, ocupante do cargo de nível PL "20", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Operacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de um (01) ano, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o decênio compreendido entre 02 de janeiro de 1962 e igual data de 1972

II mandar contar, para todos os efeitos legais, com base no Art 150, da mesma Lei, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias referentes ao ano de 1974 que deixou de gozar.

III conceder o acréscimo de mais cinco por cento sobre seus vencimentos, de acordo com a citada Lei, Art. 170, a partir de 27 de agosto de 1974, data em que completou vinte (20) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte por cento.

IV retificar o Decreto Legislativo nº 564/73, de 07 de agosto de 1973, para declarar que o tempo em que prestou serviços à Fundação Paranaense de Colonização e Imigração, ali contados para os efeitos de aposentadoria e disponibilidade, é de três (03) anos e sete (07) meses, compreendido entre 02 de junho de 1958, e 02 de janeiro de 1962, e não como consta naquele ato.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 23 de abril de 1975.

aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO - Presidente  
AGUINALDO PEREIRA LIMA 1º Secretário  
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET 2º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº 212/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1782/75, de 7 de março de 1975, deste Poder.

#### R E S O L V E

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art 248, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de JAYRO CAMARGO, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de um (01) ano, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o segundo decênio, compreendido entre 06 de outubro de 1963 e 16 de janeiro de 1972, antecipado em razão da incorporação correspondente ao primeiro decênio e das férias referentes aos anos de 1954, 1966, 1968, 15 - (quinze) dias de 1965 e vinte e cinco (25) dias de férias de 1970, contadas em dobro.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 23 de abril de 1975.

aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO - Presidente  
AGUINALDO PEREIRA LIMA - 1º Secretário  
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET - 2º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº 213/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1653/75, de 5 de março de 1975, deste Poder.

#### R E S O L V E

I mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de ENIO MEDEIROS, ocupante do cargo de Assistente Técnico do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1974, que deixou de gozar; e,

II conceder, de acordo com o Art. 171, da mesma Lei, o adicional de cinco por cento sobre seus vencimentos, a partir de 29 de março de 1975, data em que completou trinta (30) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 23 de abril de 1975

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 23 de abril de 1975

aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO - Presidente  
AGUINALDO PEREIRA LIMA 1º Secretário  
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET 2º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº 214/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2057/75, de 14 de março de 1975, deste Poder.

#### R E S O L V E

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de AIMORÉ DA ROCHA, ocupante do cargo de nível PL "28", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Operacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1974, que deixou de gozar

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 23 de abril de 1975

aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO - Presidente  
AGUINALDO PEREIRA LIMA - 1º Secretário  
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET - 2º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº 215/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGIS-

LATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 62/75, de 6 de janeiro de 1975, deste Poder,

## R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de IVO GUSSO, ocupante do cargo de Secretário de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1974, que deixou de gozar.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 23 de abril de 1975

aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente  
AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1.º Secretário  
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2.º Secretário

## DECRETO LEGISLATIVO Nº 216/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1986/75, de 13 de março de 1975, deste Poder,

## R E S O L V E:

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de ANGELINA GARCIA PACHECO, ocupante do cargo de nível PL "18", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Operacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o segundo quinquênio compreendido entre 07 de janeiro de 1968 e igual data de 1973.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 23 de abril de 1975

aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente  
AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1.º Secretário  
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2.º Secretário

## DECRETO LEGISLATIVO Nº 217/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob

o n.º 1305/75, de 07 de janeiro e 26 de fevereiro de 1975, respectivamente, deste Poder,

## R E S O L V E:

I – mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de IGNEZ DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Operacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias referentes ao ano de 1974, que deixou de gozar; e, II – mandar incorporar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 248, da mesma Lei, ao seu acervo de serviço Público, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quinto quinquênio, compreendido entre 11 de abril de 1971 e 11 de fevereiro de 1975, antecipado em razão da incorporação correspondente ao quarto quinquênio e das férias referentes aos anos de 1971, 1972 e 1974, contadas em dobro.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 23 de abril de 1975

aa) PAULO AFFONSO DE CAMARGO – Presidente  
AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1.º Secretário  
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2.º Secretário

## DECRETO LEGISLATIVO Nº 218/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 195/75, de 9 de janeiro de 1975, deste Poder,

## R E S O L V E:

I – mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de JOÃO FELIPE CHAVES LOUREIRO, ocupante do cargo de nível PL "30", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Operacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1974, que deixou de gozar; e, II – conceder o adicional de mais cinco por cento sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 171, da mesma Lei, a partir de 25 de julho de 1974, data em que completou trinta e dois (32) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 23 de abril de 1975

aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente  
AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1.º Secretário  
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2.º Secretário

## DECRETO LEGISLATIVO Nº 219/75

## DECRETO LEGISLATIVO Nº 224/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1782/75, de 7 de março de 1975, deste Poder.

## R E S O L V E

I mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de CARLOS DOUGLAS BUKOWSKI, ocupante do cargo de nível PL "30", da Série de Classes de Advogado do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude não se haver afastado de suas funções durante o segundo quinquênio compreendido entre 07 de maio de 67 a 07 de junho de 1971 antecipado em razão da incorporação correspondente ao primeiro quinquênio e das férias referentes aos anos de 68 e 1970 contadas em dobro, e

II conceder o acréscimo de mais cinco por cento sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170 da mesma Lei, a partir de 30 de janeiro de 1975, data em que, em razão da incorporação correspondente ao segundo quinquênio, completou quinze (15) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais perfazendo um total de quinze por cento

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO" em 23 de abril de 1975

aa) PAULO AFONSO ALVES DE CAMARGO Presidente  
AGUINALDO PEREIRA LIMA 1º Secretário  
MAURICIO ROSLINDO FRUET 2º Secretário

## DECRETO LEGISLATIVO Nº 221/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1254/75, de 24 de fevereiro de 1975, deste Poder.

## R E S O L V E

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248 da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público, de LÓRIS CORDEIRO DE BARROS, ocupante do cargo de Secretário de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o terceiro quinquênio, compreendido entre 19 de maio de 71 a 19 de dezembro de 74, antecipado em razão da incorporação correspondente ao primeiro decênio e das férias referentes aos anos de 70, 71 e de quinze (15) dias de 1969, contadas em dobro

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO" em 23 de abril de 1975.

aa) PAULO AFONSO ALVES DE CAMARGO - Presidente  
AGUINALDO PEREIRA LIMA - 1º Secretário  
MAURICIO ROSLINDO FRUET - 2º Secretário

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1467/75, de 3 de março de 1975, deste Poder.

## R E S O L V E

conceder, com fundamento no Art. 171 da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, a UMBELINA CARRARO SANTOS ocupante do cargo de nível PL "23" da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o adicional de mais cinco por cento sobre seus vencimentos, a partir de 10 de janeiro de 1975, data em que completou trinta e um (31) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de dez por cento

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 23 de abril de 1975

aa) PAULO AFONSO ALVES DE CAMARGO Presidente  
AGUINALDO PEREIRA LIMA 1º Secretário  
MAURICIO ROSLINDO FRUET 2º Secretário

## DECRETO LEGISLATIVO Nº 227/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1541/75, de 4 de

março de 1975, deste Poder.

## R E S O L V E

conceder com fundamento no Art. 171, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, a ELZA CARNEIRO CAMARGO, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o adicional de mais cinco por cento sobre seus vencimentos, a partir de 11 de dezembro de 1974, data em que completou trinta e dois (32) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 23 de abril de 1975

aa) PAULO AFONSO ALVES DE CAMARGO Presidente  
AGUINALDO PEREIRA LIMA 1º Secretário  
MAURICIO ROSLINDO FRUET 2º Secretário

## DECRETO LEGISLATIVO Nº 229/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1385/75, de 27 de fevereiro de 1975, deste Poder.

## R E S O L V E

mandar incorporar para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo público de FAUSTO LUIZ ABRY, ocupante do cargo de Secretário de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de um (01) ano, em virtude de não se haver



afastado do exercício do cargo de suas funções durante o segundo decênio, vencido em 1º de outubro de 1971.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 23 de abril de 1975.

- aa) PAULO AFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente  
AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário  
MAURICIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº 230/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1591/75, de 4 de março de 1975, deste Poder,

#### resolve:

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de CLARICE FROIS DE MIRANDA, ocupante do cargo de nível PL "28", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de um (01) ano, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o decênio vencido, em 25 de julho de 1972.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 23 de abril de 1975.

- aa) PAULO AFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente  
AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário  
MAURICIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº 231/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2530/75, de 25 de março de 1975, deste Poder,

#### RESOLVE:

atribuir ao funcionário CASEMIRO MARQUES, ocupante do cargo de Oficial de Serviços Gerais, nível PL "23", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, gratificação de função, correspondente ao Símbolo F-5, por estar exercendo as funções de motorista no Gabinete da 1ª Secretaria, a partir de 1º de março de 1975.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 23 de abril de 1975

- aa) PAULO AFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente  
AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário  
MAURICIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº 232/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2530/75, de 25 de março de 1975, deste Poder,

#### RESOLVE:

atribuir a OTÁVIO GUERREIRO CASTELAN e MANOEL DIAS, ora à disposição deste Poder, Legislativo, gratificação de função, correspondente ao símbolo F-5, por estarem exercendo as funções de Motoristas no Gabinete da 1º Secretaria, a partir de 1º de março de 1975.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 23 de abril de 1975.

- aa) PAULO AFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente  
AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário  
MAURICIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário